

ATA DA REUNIÃO – REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (COMSIV/TJMG)

Mês: Setembro de 2012.

Local: Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

No dia 5 de setembro de 2012, às 9 horas, na sede da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, situada na Rua Gonçalves Dias, nº 2.553, 1º andar, reuniram-se alguns magistrados integrantes da COMSIV e os representantes dos órgãos que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Estado de Minas Gerais para discussão da seguinte pauta:

- 1- Apresentações pessoais;
- 2- Leitura da ata do mês de Agosto;
- 3- Apresentação da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha", com lançamento previsto para o dia 26 de novembro de 2012 no Estado de Minas Gerais;
- 4- Encaminhamentos do Seminário da Rede, a ser realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2012;
- 5- Exposição sobre os resultados parciais do mutirão e da implantação da 15ª Vara Criminal;
- 6- Exposição sobre o posicionamento do Judiciário em relação às medidas protetivas.

Presentes, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat; o Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal de Belo Horizonte, Dr. Relbert Chinaidre Verly; o Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal de Belo Horizonte, Dr. Elexander Camargos Diniz; as Juízas Auxiliares participantes do mutirão da Lei Maria da Penha, Dra. Lucimeire Rocha e Dra. Adriana de Vasconcelos; o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal e de Precatórias Cíveis e Criminais da Comarca de Pouso Alegre, Dr. Carlos César de Chechi e Franco Pinto; o Juiz de Direito da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araxá, Dr. Renato Zouain Zupo; Maria Cristina Leão, da equipe multidisciplinar das Varas Especializadas da Comarca de Belo Horizonte; Fátima Lages, funcionária da Corregedoria-Geral de Justiça responsável pela organização do mutirão; e Paula Yoshino Valério, funcionária da COMSIV.

Presentes também a Dra. Nívia Mônica da Silva, Promotora de Justiça Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Dra. Laurelle Carvalho de Araújo, Defensora Pública Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência; Amaury Costa Inácio Da Silva, Superintendente do Centro de Referência Estadual de Álcool e Drogas (CREAD); Márcia de Cássia Gomes, superintendente do Consórcio "Mulheres das Gerais" e da Rede Mineira de Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Luci Pereira de Abreu, representando Eliana Piolla, coordenadora mineira do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Flávio Lage, da Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos; Maria Alice Faria, da Delegacia Especializada de

Mulher de Belo Horizonte; Lúcia Helena Apolinária, Coordenadora dos Direitos da Mulher da Secretaria Adjunta de Direitos e Cidadania de Belo Horizonte (COMDIM); Bebel, do Movimento Popular da Mulher; Christiana Diniz, do Conselho Estadual da Mulher; Murilo Tadeu Moreira e Silva e Simone Franca Cavalcanti, do Centro Risoleta Neves de Atendimento; Juliana Gualberto, do Centro de Prevenção à Criminalidade de Santa Luzia; Carolina e Maria Izabel Vieira, assessoras da Deputada Federal Jô Moraes; Simone Aparecida Ferreira Lopes, assistente social do CRM de Nova Lima; Sílvia Adriana Silva, sargenta da Polícia Militar; Lucas Pereira de Miranda, Supervisor Metodológico do Núcleo de Penas Alternativas da Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade; Rebeca Rohles Barbosa Gaetani e João Paulo Bernardes, do Instituto Albam; Flávia Gotelip, Gerente Metodológica do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PETP/MG; Cleunice Coura Coutinho, representante da Presidência do Conselho Municipal da Mulher e Secretária do Movimento Popular da Mulher/VBM; e Cleide Pereira de Souza, estudante de serviço social (UNA).

Discussões e deliberações:

Abertos os trabalhos, foram feitas as apresentações pessoais.

A leitura da pauta da reunião de agosto foi dispensada, sem objeções, e será realizada na próxima reunião da Rede.

Iniciou-se com o item 3 da pauta. Foi apresentada a Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha", com lançamento previsto para o dia 26 de novembro de 2012 no Estado de Minas Gerais, pela Dra. Laurelle Carvalho de Araújo. Foi feita uma exposição, por meio de slides, do plano de trabalho da campanha, dos integrantes oficiais, de seus objetivos específicos etc.

Márcia Lage, Maria Alice, Lúcia Helena e outras participantes da Rede manifestaram irresignação quanto à restrição dos participantes oficiais da Campanha e pleitearam a participação ampla de outros órgãos públicos e privados, tal como das DEAMs, associações de delegados etc. A Desembargadora Heloísa Combat sugeriu que a Campanha seja realizada de forma diferenciada em Minas Gerais, com participação ampla dos órgãos componentes da Rede. A Dra. Laurelle propôs uma reunião específica para a discussão dos integrantes da Campanha, na Defensoria Pública, no dia 12 de setembro, na sala do Conselho Superior, 10 andar, Rua Paracatu, 304, das 14 às 16 horas.

Passou-se para o item 4 da pauta. Flávio Lage apresentou uma proposta de programação do VII Seminário da Rede, a ser realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2012, por meio de slides. O local do evento será o auditório da unidade Raja Gabaglia, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A Desembargadora anunciou que o Tribunal de Justiça, por meio da Escola Judicial, arcará com os principais custos do evento. Em anexo, a programação do evento, especificação das mesas, palestrantes, coordenadores de mesa, responsáveis pelo convite dos palestrantes e formato do seminário.

Flávia Gotelip se dispôs a fazer o convite dos palestrantes da Mesa 1, especificamente do CFMEA.

Márcia propôs que os representantes do CFMEA sejam remanejados para outra mesa, diante da matéria que tratam não se relacionar propriamente ao tema da Mesa 1.

A Desembargadora Heloísa Combat, Maria Alice e Márcia sugeriram alguns nomes para inclusão como debatedoras da Mesa 3, que serão encaminhados diretamente ao Flávio.

O Dr. Relbert sugeriu a ampliação do tema da Mesa 5, para englobar a discussão da ausência de locais de recuperação de dependentes e portadores de problema mental.

O Dr. Amauri informou que no CREAD existem programas voltados para o tratamento de dependentes e que pode sugerir alguns nomes para integrarem a Mesa 5.

Flávia Gotelip, na mesa 5, ressaltou a importância do tratamento dos agressores dependentes em conjunto com a família e da participação de um palestrante que aborde a drogadição sob uma perspectiva de gênero e de um representante da sociedade civil.

A Dra. Laurelle, em relação à mesa 6, posicionou-se no sentido de que o evento da SPM também abordará essa temática, o que talvez a torne repetitiva.

Dra. Nívea e Márcia manifestaram-se contra a alteração da mesa 6, considerando imprescindível o tratamento da temática dos 6 anos da Lei Maria da Penha no seminário, que ocorrerá no Tribunal de Justiça.

Diversos integrantes da Rede sugeriram a alteração de horário do seminário, para ampliação até às 18 horas.

Flávio disponibilizou o e-mail da Rede para envio de sugestões de palestrantes e coordenadores de mesa.

A Desembargadora Heloísa Combat deu a palavra ao Dr. Carlos César para exposição das práticas que vem coordenando na Comarca de Pouso Alegre, com o apoio de outras organizações públicas e privadas locais de trabalho com os agressores e de tratamento de dependentes, dentre elas o Centro Integrado de Apoio à Mulher de Pouso Alegre e Região (CIAMPAR). O Dr. Carlos César apresentou um relatório do projeto desenvolvido, que se encontra em anexo.

O Dr. Carlos César também expôs que, na prática, o Ministério Público ainda vem apresentando pedidos de suspensão condicional do processo, suscitando o debate da questão. A Dr. Lucimeire lembrou que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre a questão, vedando a aplicação da Lei 9.099 aos feitos da Lei Maria da Penha. O Dr. Relbert pontuou que, em reunião do Comitê Interinstitucional, foi proposta a formulação de um projeto de lei para criação de uma modalidade específica de suspensão condicional para os feitos da Lei Maria da Penha. Informou que o Dr. Nilseu já produziu um projeto nesse sentido.

Passou-se ao item 6 da pauta. Exposição sobre o posicionamento do Judiciário em relação às medidas protetivas.

O Dr. Renato Zupo expôs o que vem fazendo na Comarca em que atua, com marcação de audiência preliminar antes da apreciação das medidas protetivas e cautelares. O Dr. Relbert disse que tal medida seria inviável na Comarca de Belo Horizonte, diante da quantidade imensa de processos. Foi sugerida a realização de audiências conjuntas. O Dr. Renato sugeriu a marcação de audiências ao menos nas Comarcas do interior.

O Dr. Relbert expôs que, apesar da necessidade de uma uniformização da matéria, sempre haverá a possibilidade de alteração das interpretações sobre a Lei Maria da Penha, o que ele relata ter lhe ocorrido pessoalmente. Expôs a dificuldade da Comarca de Belo Horizonte diante da quantidade muito grande de medidas protetivas pleiteadas e se colocou à disposição para uma maior articulação com a Rede para melhoria da prestação jurisdicional. Ressaltou, sobretudo, a necessidade de uma articulação entre a Delegacia e o Judiciário, no acompanhamento e controle de cumprimento das medidas protetivas.

A Dra. Laurelle expôs que existem órgãos, como o CERNA, que podem auxiliar nessa atuação articulada, pois atuam na análise dos reais elementos de motivação da vítima ao procurar o Judiciário.

O Dr. Relbert pediu o auxílio desses órgãos, no fornecimento de subsídios para a análise dos aspectos fáticos que envolvem a violência doméstica e familiar, indispensáveis para a formação da convicção do Juiz e para o deferimento das medidas protetivas.

A Dra. Nívea ressaltou que há, na prática, uma diferenciação de tratamento da Lei nas Comarcas do interior em relação à Comarca de Belo Horizonte, uma vez que, além do número de feitos menor, o Juiz do interior consegue ter uma proximidade muito maior com as partes.

A Desembargadora Heloísa Combat pontuou a necessidade de criação de novas varas na Comarca de Belo Horizonte e pediu o apoio de todos para incentivar o Tribunal e a Assembléia a votar e aprovar um projeto de lei nesse sentido.

Por fim, passou-se ao item 5 da pauta. O Dr. Elexander expôs os resultados parciais do mutirão e da implantação da 15ª Vara Criminal. Apresentou o relatório em anexo. Relatou que, tão logo implantada a 15ª Vara Criminal, esta já se encontra assoberbada, sobretudo com pedidos de medidas protetivas. Apresentou resultados positivos do mutirão, mas ressaltou que a baixa de muitos processos se deu em razão da prescrição, o que demonstra a necessidade de mais varas e servidores atuando para evitar esse tipo de desfecho.

Bebela solicitou que fossem apresentados, talvez no Seminário, os resultados do mutirão em termos estatísticos, em comparação ao acervo restante, uma vez que os números sozinhos não fornecem subsídios concretos para análise.

O Dr. Relbert pontuou que o mês de agosto foi altamente produtivo nas Varas Especializadas e sugeriu a redistribuição dos feitos igualmente entre as 3 varas. Outros membros da Rede e Fátima Lage, que organiza o mutirão, apoiaram a sugestão do Dr. Relbert e solicitaram a Des. Heloísa Combat pleiteie junto ao Presidente do Tribunal a ampliação do quadro de servidores das varas, a criação das novas varas e a melhoria da estrutura física das varas.

A Des. Heloísa Combat disse que se coloca à disposição para pleitear tais medidas junto ao Presidente do Tribunal e pediu o apoio de toda a Rede nesse intento.

O Dr. Elexander pontuou que o mutirão depende da atuação conjunta do Judiciário com o Ministério Público e a Defensoria, com a disponibilização de promotores e defensores para participarem do mutirão, que poderá ser prorrogado.

Ao final, iniciaram-se discussões para alteração dos dias e horários das reuniões da Rede. O Dr. Relbert e os demais Juízes solicitaram a alteração para a segunda-feira de manhã, para evitar o cancelamento de audiências, que ocorrem à tarde, e a perda de mais de um dia da semana, uma vez que alguns juízes vêm do interior. A proposta foi acatada pelos presentes, tendo sido marcada a próxima reunião para o dia 1 de outubro, às 9 horas, na Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, Rua Espírito Santo, 505.

Por ser verdade, confirmo.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2012.

Paula Yoshino Valério
Técnica da COMSIV